

A. I. N° - 180597.0001/10-7
AUTUADO - TAN BRASIL COMERCIAL DE CEREAIS LTDA.
AUTUANTE - ARISTÓVIO FERNANDES PINHEIRO DA FONSECA
ORIGEM - INFAZ IPIAÚ
INTERNET - 17.11.10

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0354-04/10

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIA ENQUADRADA NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Quando não há convênio ou protocolo que preveja a retenção do imposto pelo remetente, cabe ao destinatário efetuar a antecipação do imposto sobre o valor adicionado, relativo à mercadoria (açúcar) sujeita à substituição tributária. Comprovado parte do recolhimento do imposto, antes da ação fiscal. Infração parcialmente subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Auto de Infração lavrado, em 29/03/2010, para exigir a falta de recolhimento do ICMS por antecipação, no valor de R\$ 18.440,16, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias (açúcar) provenientes de outras unidades da Federação, relacionadas nos anexos 88 e 89, nos meses de novembro e dezembro de 2007, conforme documentos às fls. 5 a 13 dos autos. Foram dados como infringidos os artigos 371 e 125, II, “b”, c/c o art. 61, todos do RICMS/BA, tendo sido aplicada a multa de 60% prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº. 7.014/96.

O contribuinte, à fl. 17 dos autos, apresenta impugnação ao lançamento de ofício, onde aduz que as notas fiscais de nºs 0030 e 0031 já tinham sido pagas através do Auto de Infração nº 232893.1203/07-4, do que, como prova de sua alegação, anexa DAE à fl. 19 dos autos.

O autuante, ao prestar a informação fiscal, à fl. 20, reconhece que o autuado comprovou o pagamento do ICMS relativo às notas fiscais de nºs 0030 e 0031, do que salienta que permanecem as demais notas fiscais. Pede que o Auto de Infração seja julgado parcialmente procedente.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o ICMS por antecipação, no valor de R\$ 18.440,16, inerente aos meses de novembro e dezembro de 2007, conforme planilha à fl. 13 do PAF, relativo às notas fiscais de nºs: 29, 30, 31, 51, 54, 111, 112 e 114, emitidas pela ALCANA – Destilaria de Alcool de Nanuque S.A., inerente à aquisição de açúcar pelo autuado.

O sujeito passivo, em sua impugnação ao lançamento de ofício, insurge-se apenas contra a exigência relativa às notas fiscais de nºs 0030 e 0031, sob a alegação de que já havia efetuado o recolhimento, fato este comprovado pelo autuante, diante das provas documentais trazidas aos autos à fl. 19 deste PAF.

Da análise das peças processuais, verifico que remanesce a exigência apenas quanto às notas fiscais de nºs: 29, 51, 54, 111, 112 e 114, as quais sequer foram objeto de impugnação, no montante de R\$ 15.773,16, sendo R\$ 2.859,00 inerente ao mês de novembro e R\$ 12.914,16, ao mês de dezembro.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **180597.0001/10-7**, lavrado contra **TAN BRASIL COMERCIAL DE CEREAIS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 15.773,16**, acrescido da multa de 60%, prevista, no art. 42, inciso II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de novembro de 2010.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE

FERNANDO A. BRITO DE ARAÚJO – RELATOR

PAULO DANILO REIS LOPES – JULGADOR